

BOLETIM 423

Brasília, 31 de agosto de 2017

CONTRICOM integra delegação do FST em reunião com a CNBB

Sindicalistas foram pedir apoio ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular para revogar o desmonte da CLT e convidar a instituição para participar do Movimento Resistência

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, participou hoje (31) pela manhã (**fotos**) de encontro entre representantes do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que congrega 22 confederações nacionais laborais, com Dom Leonardo Ulrich Steiner, secretário-geral da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Brasília, ocasião em que as lideranças sindicais foram convidadas a convidar a instituição da igreja católica no país a participar do ato de lançamento do Movimento Resistência contra o desmonte da legislação trabalhista e de coleta de assinaturas em apoio a um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para revogar as recentes alterações na CLT.

Mazinho, ao fazer uso da palavra, ressaltou o papel da CNBB nesse trabalho de “conscientização, junto com os sindicatos, diante da desinformação que ainda existe entre os trabalhadores sobre os retrocessos impostos pela



Mazinho (à direita) dirige-se ao secretário-geral da CNBB (à esquerda, na cabeceira da mesa)



Diversas lideranças sindicais estiveram presentes no encontro na CNBB

reforma trabalhista, e reforçou apelo no sentido daquela instituição participar desse processo”.

O presidente da CONTRICOM ressaltou, ainda, “a importância desse trabalho de base para exercer uma pressão da sociedade, principalmente diante de um governo e de um Congresso Nacional que, com raras exceções, perderam a credibilidade”.

Convite - O presidente da CNTI e da Nova Central, José Calixto Ramos, entregou o convite ao secretário-geral da CNBB e também fez uma ampla explanação sobre as “graves consequências” da reforma trabalhista para os trabalhadores e, também, as organizações sindicais.

Fizeram uso da palavra, ainda, no mesmo sentido, o presidente da CSPB (Servidores Públicos), João Domingos; o presidente da CNPL (Profissionais Liberais), Carlos Alberto Azevedo; o presidente da CNTTT (Transportes terrestres), Omar José Gomes; o presidente da CONTEC (Educação e Cultura), Oswaldo Augusto de Barros; além do secretário de Educação da CNTI, José Reginaldo Inácio. Marcaram presença, também, os representantes da CNTS (Saúde), do DIAP e do DIEESE.

Dom Leonardo Steiner agradeceu pelo convite, falou das preocupações da CNBB com os desdobramentos da reforma trabalhista e salientou o fato da nova lei não ter sido debatida amplamente com a sociedade, muito menos com os trabalhadores.

O secretário-geral da CNBB destacou a importância do trabalho de “conscientização junto à sociedade” e de “pressão junto ao Congresso Nacional”, considerando que “a situação do país é muito grave, principalmente diante do descrédito na política, o que alimenta o autoritarismo e até atitudes fascistas”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Fórum Sindical (FST) formaliza à OIT denúncia contra governo brasileiro

Delegação do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que representa 22 confederações laborais, comandada pelo coordenador nacional do Fórum, Artur Bueno de Camargo, entregou segunda (28) documento ao diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho, Guy Ryder, denunciando violação, pelo governo brasileiro, de Convenções das quais o Brasil é signatário. Artur também preside a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação (CNTA).

O documento entregue na sede da OIT em Genebra, Suíça, denuncia que a aprovação da reforma trabalhista viola as Convenções 98, 154 e 155 da OIT, segundo as quais a celebração de Convenções Coletivas deve ser efetuada sempre em condições mais favoráveis das fixadas em lei. Ou seja, acordos não podem subtrair direitos consagrados em lei, como faz a reforma trabalhista.



Reação - Guy Ryder demonstrou conhecimento da situação brasileira e estranhou o fato da reforma trabalhista ter sido aprovada em muito pouco tempo.

O FST também denuncia que a nova lei “destrói qualquer possibilidade de uma legítima negociação, pois traz em seu bojo o enfraquecimento das entidades de trabalhadores, desestímulo aos contratos coletivos, incentivo à demissão e substituição por mão-de-obra sem proteção”. O documento sinaliza que a reforma trabalhista de Temer desrespeita “o patamar mínimo civilizatório e da dignidade humana”.

Os dirigentes do Fórum consideram que “a prevalência do negociado sobre o legislado – premissa da reforma – cria espaços para a precarização do trabalho ao permitir que sejam pactuados parâmetros laborais abaixo do que prevê a lei, gerando insegurança jurídica”. O documento continua: “A discussão em torno da proposta precisa ser, necessariamente, precedida pela reforma do sistema sindical e criação de instrumentos para punição de atos antissindicais, sob pena de esvaziamento das negociações e fomento extraordinário à corrupção nas relações coletivas de trabalho”.

Além do coordenador do FST, Artur Bueno de Camargo, compareceram à reunião com o diretor-geral da OIT o presidente da CONTRATUH (Turismo e Hospitalidade), Moacyr Tesch Auersvald; o vice-presidente da CONTAG (Rurais), Alberto Broch; o secretário-geral da UITA (União Internacional dos Trabalhadores em Alimentação) para a América Latina, Gerardo Iglesias; e o presidente da CONACATE (Carreiras Típicas de Estado), Antonio Carlos Fernandes Jr.

Fonte: Agência Sindical

Desemprego recua 0,3 ponto percentual na região metropolitana de SP mas continua alto

A taxa de desemprego caiu 0,3 ponto percentual na região metropolitana de São Paulo, ao passar de 18,6% em junho para 18,3% em julho, segundo o levantamento feito pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

No período, houve uma queda de 26 mil pessoas no total de desempregados, mas o número de pessoas a espera de uma vaga ainda é muito elevado (2,051 milhões de pessoas) ou 98 mil a mais do que no mesmo período do ano passado.

Na avaliação do economista do Dieese, Cesar Andaku, o mercado está reagindo melhor do que no início deste ano. “A partir de junho começamos a observar uma estabilização, mas devido à volatilidade na economia ainda é prematuro cravar que vamos ter uma sequência de queda”, opinou ele. Em junho último, a taxa tinha passado de 18,8% para 18,6%.

Andaku lembrou que na comparação com 2016 houve uma piora. Em julho do ano passado, havia 17,4% da População Economicamente Ativa (PEA) a procura de uma vaga. De acordo com ele, a pequena melhora em julho reflete principalmente o crescimento de autônomos (3%), o que acredita ser uma alternativa para “driblar a crise econômica”.

Comércio e construção - O nível de emprego aumentou 0,7% com um saldo de 68 mil



postos de trabalho, número acima do total de pessoas que passaram a disputar uma chance no mercado de trabalho. A maioria dos setores ampliou as contratações com destaque para o comércio, onde surgiram 30 mil empregos, com alta de 1,9% e a construção civil, com 22 mil novas vagas (3,8%).

Na indústria, o saldo foi positivo em 20 mil postos de trabalho (1,5%) e em serviços foram abertas 14 mil vagas (0,3%). A pesquisa não especifica os segmentos que efetuaram mais cortes do que admissões.

Rendimento - O rendimento médio cresceu mais entre os ocupados (1,8%) atingindo R\$ 2.033. Já os ganhos dos assalariados teve correção média de 0,7% com o valor de R\$ 2.099.

Fonte: Agência Brasil

Comissão promoverá cinco audiências públicas sobre a MP que cria a Agência Nacional de Mineração

Cinco audiências públicas devem ser realizadas antes da apresentação do relatório sobre a medida provisória que cria a Agência Nacional de Mineração (MPV 791/2017). O plano de trabalho da comissão mista foi aprovado nesta quarta-feira (30). O órgão foi criado para substituir o atual Departamento Nacional de Produção Mineral. De acordo com o relator da medida provisória, deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG), o relatório deverá apresentado no fim de setembro.

Fonte: Agência Senado

Dívidas com a Previdência equivalem ao triplo do deficit previdenciário, destaca deputado

O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Wilson Filho (PTB-PB), destacou, nesta quarta-feira (30), que as dívidas de empresas com a Previdência Social são equivalentes a três vezes o valor do deficit do Regime Geral da Previdência Social em 2016.

“Se nós tivéssemos êxito na cobrança das dívidas, nós teríamos uma carga bem menos pesada para a população brasileira pelo menos em curto prazo, mesmo que não resolvesse o problema definitivamente”, disse, em debate na comissão sobre o montante do deficit e sobre as dívidas de teor previdenciário. “É isto que a população não entende: a reforma da Previdência causaria maiores dificuldades para a população, e ninguém sabe o que está sendo feito para cobrar das empresas”, completou.

No debate, o procurador-geral-adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Cristiano Moraes, explicou que os débitos com a Previdência acumulam cerca de R\$ 420 bilhões. Já o secretário da Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, salientou que, em 2016, o déficit do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) foi de R\$ 151,9 bilhões – equivalente a 2,4 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB).

Crítica aos Refis - De acordo com Cristiano Moraes, do total de R\$ 420 bilhões em dívidas com



a Previdência, apenas 42% (R\$ 175 bilhões) são considerados recuperáveis; enquanto os outros 58% (R\$ 245 bilhões) têm perspectiva baixa de recuperação ou são irrecuperáveis, já que se trata de empresas inativas ou sem patrimônio.

O procurador salientou ainda que os reiterados programas especiais de parcelamento de dívidas (Refis) aprovados pelo Congresso têm efeito “nefasto” na arrecadação. “Esse benefício fiscal permite que esses grandes devedores façam uma rolagem da sua dívida”, apontou. “Nos Refis que foram instituídos de 2000 até aqui, uma série de contribuintes saem de programa em programa sem pagar a dívida, e são justamente os grandes devedores”, completou. Conforme ele, existem 17 milhões de empresas em atividade, sendo que apenas 15% são devedoras da Previdência. “Uma minoria deve, mas há grande concentração da dívida”, afirmou.

Ainda segundo o procurador, a PGFN recuperou apenas R\$ 22 bilhões entre 2010 e 2016. As ações da procuradoria para recuperar créditos da União incluíam diligências em massa para busca de bens; protesto extrajudicial; acompanhamento minucioso dos grandes devedores; e criação de grupo especial de combate a fraudes estruturadas.

Deficit estrutural - Já Marcelo Caetano ressaltou que o deficit não é uma questão

conjuntural. “Existe uma evolução histórica do déficit, e há uma tendência de crescimento estrutural”, disse. Segundo ele, desde 1995 há deficit no Regime Geral da Previdência Social. Naquele ano, o deficit era de R\$ 1 bilhão, diante de arrecadação de R\$ 137 bilhões, e despesa de R\$ 138 bilhões. Já em 2016, a despesa do RGPS foi de R\$ 515,9 bilhões, e a arrecadação, de R\$ 364 bilhões.

De acordo com o secretário da Previdência, a situação se replica nos regimes próprios dos servidores. Em 2016, o deficit foi de R\$ 155,7 bilhões, somado o resultado da União (deficit de R\$ 77,2 bilhões), de estados e do Distrito Federal (deficit de R\$ 89,6 bilhões) e de municípios (superavit de R\$ 11,1 bilhões).

Já aprovada em comissão especial, a proposta de reforma da Previdência aguarda análise pelo Plenário da Câmara, onde precisa do aval de, no mínimo, 308 dos 513 deputados, em dois turnos de votação. A reforma prevê, entre outros pontos, idades mínimas de aposentadoria de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens, e aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)